

Representações sociais acerca da violência doméstica das mulheres moradoras do da comunidade do Paranoá/Itapoã de Brasília-DF

Social representations about intimate violence among women living in the Paranoa/Itapoa community of Brasilia-DF

Representaciones sociales de la violencia contra la mujer entre mujeres habitantes de la comunidad de Paranoá/Itapoã de Brasilia-DF

Silmara Torri Varela¹
Neura Angélica de Oliveira²
Janete Neres Freire³
Pedro Augusto Rosendo S. A. Ferreira⁴
Selma Oliveira dos Santos⁵
Ximena Pamela Díaz-Bermúdez⁶
Helena Eri Shimizu⁷

RESUMO

O estudo investiga as representações sociais de mulheres com relação à violência doméstica, e, particularmente, da violência contra mulher. O objetivo geral é identificar os significados atribuídos pelas mulheres ao fenômeno da violência de gênero, buscando compreender categorias próprias de interpretação do fenômeno da violência doméstica, assim como os recursos disponíveis

para apoiar às mulheres em situação de violência. Metodologicamente, o estudo lança mão de uma abordagem triangulada entre a Teoria das Representações Sociais e a Etnografia. Foram realizadas entrevistas com 30 mulheres que concordaram em participar do estudo. As entrevistas foram processadas pelo *software* AICESTE, que distribuiu as falas das entrevistadas em quatro classes, onde a 1 e a 4 remetem, respectivamente, à prática da violência e à forma como ela se perpetua, seu conceito e representação social, enquanto que as categorias classificadas como 2 e 3 dizem respeito à fragilidade da lei Maria da Penha e a falta de credibilidade na sua aplicação.

Palavras-chave: violência doméstica; representação social; promoção da saúde; violência de gênero.

ABSTRACT

The study investigates the social representations of women in regard to domestic

1 - 1,2,3,4,5 – Estudantes do Curso de Graduação de Gestão em Saúde Coletiva

6-Professora Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília.

7-Professora Associada do Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília.

8- Artigo abstraído do Trabalho final das disciplina Seminários Integradores I e Práticas Integradoras em Saúde Coletiva I do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília

violence, and, particularly, of intimate violence against woman. The main purpose is to identify the meanings attributed by these women to the gender violence phenomenon, aiming the identification of native categories of the domestic violence event, as well as to recognize available resources for supporting women in a violence situation. It was applied a triangulation methodological approach between the Theory of Social Representations and Ethnography. Interviews were carried out with 30 women who voluntarily agreed to participate in the study. The interviews were processed by the Alceste software, which distributed women's narratives in four different classes. First and fourth relate, respectively, to the practice of violence and to the way it is perpetuated, its concept and social representation. Categories classified as 2 and 3 concern to the fragility of the national law Maria da Penha and the lack of credibility in its application.

Keywords: Domestic violence; Social Representation; health promotion; gender-based violence.

RESUMEN

El estudio investiga las representaciones sociales con relación a la violencia doméstica y, particularmente, de la violencia contra la mujer entre mujeres habitantes de esas comunidades. El objetivo general es identificar los significados atribuidos por las mujeres al fenómeno de la violencia de género, tratando de comprender categorías propias de interpretación del fenómeno de la violencia doméstica, así como los recursos disponibles para apoyar a las mujeres en situación de violencia. Metodológicamente, el estudio se basa en un enfoque triangulado entre la Teoría de

las Representaciones Sociales y la Etnografía. Fueron llevadas a cabo 30 entrevistas con mujeres que estuvieron de acuerdo en participar del estudio. Las entrevistas se procesaron por medio del *software* Alceste, que distribuyó las narrativas de las entrevistadas en cuatro clases. Las clases 1 y 4 se refieren, respectivamente, a la práctica de la violencia y a la forma como ésta se perpetúa, su concepto y representación social. Las categorías clasificadas como 2 y 3 indican la fragilidad de la ley Maria da Penha y a la falta de credibilidad en su aplicación.

Palabras clave: violencia doméstica; representación social; promoción de la salud; violencia de género.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a violência doméstica em suas múltiplas formas está presente em diferentes espaços da sociedade brasileira, chegando a ocupar lugar de grande destaque na vida cotidiana das pessoas¹. Embora este assunto venha sendo objeto crescente de estudos, pesquisas e intervenções, as relações de poder que se desenvolvem no interior dos espaços domésticos ainda estão marcadas por diversas expressões de violência. Por outro lado, para além dos dispositivos programáticos e jurídicos dos que hoje se dispõe, assistimos a um panorama que evidencia a complexidade com que se manifestam os fenômenos da violência no mundo contemporâneo e a pertinência de tratar a violência como um problema de saúde pública.

A violência infringida pelo companheiro impacta negativamente a saúde e o bem-estar das mulheres e de suas famílias. Dados da Organização Mundial da Saúde informam que

lesões físicas, gravidez não desejada, aborto, complicações ginecológicas, doenças de transmissão sexual tais como a infecção por HIV, transtorno pós-traumático e depressão, além de outras complicações relacionadas ao parto como baixo peso ao nascer e parto prematuro estão entre as consequências mais importantes associadas com as pessoas que sofrem violência doméstica².

De acordo com dados divulgados pela Sociedade Mundial de Vitimologia da Holanda³, que conduziu uma investigação multicêntrica sobre violência doméstica em uma amostra composta por 138 mil mulheres de 54 países, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. Ainda segundo esta fonte, a cada 4 minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar, por uma pessoa com quem mantém uma relação de afeto. As estatísticas disponíveis e os registros nas Delegacias Especializadas de Crimes contra a Mulher demonstram que 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e que o agressor é o próprio marido ou companheiro. Mais de 40% dos eventos de violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

Conforme definido na IV Conferência Mundial sobre a mulher, realizada em Beijing, China, em 1996, a expressão “violência contra a mulher” se refere a qualquer ato de violência que se baseia nas relações de gênero e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica. Coerção ou privação arbitrária de liberdade quer se produzam na vida pública ou privada, podem também ser contempladas como formas de violência.

As diversas formas pelas quais a violência se manifesta fazem com que existam distintas denominações conceituais do fenômeno em termos dos impactos e a natureza do evento. É considerada violência física, por exemplo, quando há uma ação destinada a causar dano físico a outra pessoa. A violência psicológica é toda ação ou omissão destinada a produzir dano psicológico ou moral, como sentimentos de ansiedade, insegurança, frustração, medo, humilhação e perda da autoestima. A violência contra a mulher que ocorre no âmbito das relações familiares caracteriza-se como violência doméstica e é praticada por parceiro íntimo, pais, padrastos, conviventes e outros parentes.

A violência de gênero ocorre também no âmbito da comunidade e do trabalho. A sociedade ainda convive com assimetrias estruturais de gênero, onde se observa a persistência das relações de subordinação da mulher com respeito ao homem, fazendo com que a maioria dos homens que agredem suas parceiras íntimas acredite ter o direito de agir dessa forma quando entendem que sua autoridade pode ser questionada. Este processo naturalizado de exercer formas de dominação e de violência se perpetua nas relações intra-familiares e, apesar de causar danos aos membros das famílias, é um problema invisível que chega tarde aos serviços de saúde, que não estão suficientemente preparados para detectar as diversas expressões da violência, inclusive simbólicas nas usuárias dos serviços de saúde.

Dessa conta nos deparamos ainda com frágeis ações de promoção à saúde e prevenção dos fenômenos da violência a partir de iniciativas desenvolvidas no âmbito do sistema de saúde e no escopo mais amplo da vida

social. Assim sendo, as diferenças de gênero que subjazem aos atos de violência do homem contra a mulher também favorecem a aceitação dessas manifestações pelas próprias vítimas ao considerá-los como estruturantes das relações sociais.

Para contribuir a situar a violência de gênero em sua perspectiva histórica, descrevemos a seguir algumas formas de subordinação da mulher que vêm sendo registradas secularmente. Por exemplo, na Alexandria romanizada no século I D.C, a representação do filósofo helenista, Filon, reflete o lugar de subordinação das mulheres no mundo ocidental, fazendo jus ao pensamento de Platão, que inscreve a mulher em uma condição de inferioridade ao concebê-la como possuidora de alma inferior e menos racional que o homem. Na teologia hebraica encontram-se também alusões à mulher como insensata e causadora de todo o mal e, como reconhece o mito católico, produzida biologicamente a partir do homem⁴. A mulher é vista como representando o lado carnal, a cobiça, o perigo. Portanto, inferior ao homem, concebido como racional, espiritual e portador de uma constituição física superior.

Na cosmovisão da Grécia clássica, Apolo, divindade do céu, Deus do sol, da luz e da razão, é exemplo emblemático da figura masculina. A razão, nessa tradição filosófica, é característica atribuída ao homem, associada também a ideia de verdade e ao conhecimento. Contrariamente, a ignorância é um estado inferior a ser evitado e constitui parte dos atributos das mulheres⁵. Por outro lado, as classificações da essência da natureza humana não escapavam à visão de classe. Membros da classe dominante estavam destinados a cultivar a beleza e a racionalidade. Aos escravos, estrangeiros e

mulheres restava o estigma da inferioridade e o não reconhecimento de sua racionalidade⁴.

Para Aristóteles o conhecimento racional constitui a mais elevada expressão humana e assim, os homens, donos de uma racionalidade natural seriam superiores e mais divinos que as mulheres, descritas como desvios do gênero humano, emocionais e subjetivas. A dualidade homem/mulher no mundo aristotélico permeia outras oposições binárias como alma/corpo, razão/emoção e masculino/feminino⁵. No percurso do pensamento ocidental encontra-se recorrentemente a ideia da condição subordinada da mulher, percebida como ser inferior, o que na perspectiva dos dualismos hierarquizados explicaria a violência de gênero⁶.

As estruturas de organização da vida social e cultural nos moldes vigentes contribuem para a reprodução da violência doméstica contra a mulher como expressão das assimetrias que prevalecem nas relações de gênero. A violência doméstica está presente em todas as classes sociais. As pesquisas disponíveis, porém, se focam nas classes economicamente menos favorecidas, muito mais acessíveis aos estudos que as camadas médias e altas da população. Em razão disto, nessas últimas, tais fenômenos tendem a ser menos visíveis ainda devido ao peso do estigma e aos processos de distinção social característicos desses grupos⁷. Isso mostra que, apesar de importantes contingentes de mulheres terem alcançado maior independência financeira por meio de sua inserção no mercado de trabalho e, em alguns casos também ascenderam a importantes posições de poder, os processos de dominação vigentes fazem com que persistam e se reproduzam as relações de dominação de

gênero e as mulheres continuem sendo alvo de diversas formas de violência.

Em que pese sua relevância epidemiológica, a violência doméstica continua sendo assunto de pouca visibilidade na sociedade. As frágeis estruturas de apoio por um lado e o enorme preconceito e estigmatização que a violência ocasiona por outro, fazem com que a abordagem deste problema de saúde pública esteja permeada de um conjunto de sentimentos tais como medo do agressor, dependência, amor, vergonha, aceitação de desculpas e insegurança fazendo que os casos denunciados sejam, de fato, a mera ponta do iceberg. Quando se fala em violência doméstica logo se imaginam marcas visíveis no corpo, traumas e outras manifestações físicas. Porém, a agressão pode também ser psicológica, verbal ou sexual. A denúncia nesses casos torna-se mais difícil, já que as vítimas podem não perceber que estão sendo agredidas. Essa forma de violência denomina-se violência simbólica. Vem oculta e naturalizada nas relações sociais travadas em microespaços e é própria das relações de dominação.

Do ponto de vista heurístico e da adoção de possíveis medidas preventivas, este estudo busca contribuir com a compreensão da violência doméstica contra mulher e com a necessidade de incluí-la na agenda de gestão dos serviços de saúde. Ainda é desafio a implementação de políticas públicas e a adoção de estratégias mais abrangentes, eficientes e eficazes, tanto em termos dos recursos comunitários, quanto dos processos de gestão das ações de prevenção e assistência em âmbito local, visando à diminuição destes eventos e seu impacto nas relações intrafamiliares e comunitárias.

Sendo assim, este estudo tem por objetivo identificar os significados atribuídos pelas mulheres ao problema da violência de gênero, buscando compreender categorias próprias de interpretação do fenômeno. Entre os objetivos específicos destacam a identificação das representações sociais elaboradas pelas mulheres entrevistadas sobre a violência doméstica e a verificação da existência de mecanismos institucionais e comunitários de apoio disponíveis no território pesquisado para mulheres que sofrem violência doméstica.

Neste estudo buscou-se conhecer as representações sociais sobre a violência doméstica na perspectiva das próprias mulheres. As representações entendidas como um conjunto de pensamentos organizados a partir de percepções, crenças e ideias, julgamentos morais e conhecimentos que permitem evocar um dado acontecimento, contribuem para a compreensão de fenômenos complexos e multifatoriais como a violência doméstica.

A Teoria das Representações Sociais têm em Serge Moscovici sua sedimentação teórica basilar quando, em 1961, deu a conhecer sua célebre obra “A Psicanálise, sua Imagem e seu Público”. Esta teoria está principalmente relacionada com o estudo das simbologias sociais a nível, tanto de macro como de micro análise, ou seja, o estudo das trocas simbólicas infinitamente desenvolvidas nos ambientes sociais, nas relações interpessoais, e os processos de construção do conhecimento compartilhado próprios do âmbito da cultura.

As representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo distante, menos próximo do cotidiano. Elas produzem alternativas de classificação, categorização e

nomeação de novos acontecimentos e ideias com a quais não se tinha contato anteriormente, possibilitando assim, a compreensão e reelaboração da organização e do sentido do mundo por meio de ideias, valores e teorias preexistentes, internalizadas pelos sujeitos sociais e compartilhadas em níveis mais amplos pela sociedade.

Uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento e divulgação desta teoria, Denise Jodelet⁸, define sinteticamente as representações sociais como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que fornece uma visão prática e contribui a sedimentar uma realidade comum no conjunto do tecido social. No que tange à realização da pesquisa a abordagem desta autora é pertinente, pois seus estudos se beneficiam de outras ferramentas para a construção de conhecimentos sociais tais como o trabalho etnográfico que exige uma imersão no campo de estudo e a vivência mais próxima do observador frente aos seus interlocutores.

METODOLOGIA

Este estudo foi realizado durante segundo semestre de 2011, iniciando por um processo de observação etnográfica nas localidades do Paranoá/Itapoã, que permitiu a identificação dos sujeitos de pesquisa, a coleta de informações sobre percepções e representações sociais de mulheres moradoras do local referentes ao tema da violência doméstica. Durante a interlocução com as mulheres participantes do estudo, também se explorou a existência de mecanismos institucionais locais, governamentais ou comunitários, capazes de brindar estrutura de apoio às mulheres em situação de risco ou vítimas de violência.

A abordagem metodológica do estudo se baseia em uma triangulação de metodologias que conjuga um processo de observação etnográfica⁹ com a Teoria das Representações Sociais.

Durante o campo, o qual se estendeu por três meses, foi visitada a região do Paranoá, onde foi observada maciça presença das mulheres e se buscou, por meio do contato direto com elas, o estímulo a participar deste estudo. As mulheres integrantes da investigação foram recrutadas com base em critérios de conveniência e na aceitação voluntária de participação na pesquisa. O universo da pesquisa contou com 27 mulheres, maiores de 18 anos. Foram localizadas e abordadas em diversos pontos da cidade e, por sua vez, assinaram o Termo de Consentimento livre e Esclarecido (TCIE).

Durante a fase de trabalho de campo se realizou uma revisão temática do objeto violência doméstica assim como documental acerca do território a ser trabalhado, como subsídio para contextualizar as informações observadas e os diálogos informais travados com moradoras, o que deu base para a formulação de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas com vistas ao aprofundamento do tema da violência doméstica e à identificação das representações sociais que as mulheres da comunidade participantes do estudo elaboram com relação à violência doméstica contra a mulher. Este processo de construção de dados primários foi registrado em um diário de campo onde se descreveram e analisaram com detalhe os encontros, reações gestuais e falas das entrevistadas, além das percepções dos entrevistadores acerca dessas conversas e da experiência da vivência na região pesquisada. O empreendimento etnográfico também

possibilitou identificar a dimensão simbólica que as mulheres moradoras desses territórios fazem dos fenômenos de violência doméstica com os quais convivem.

As representações sociais desses grupos sobre a violência doméstica foram acessadas por meio das narrativas coletadas durante as entrevistas. A fase de trabalho de campo incluiu também visita a instituições especializadas tais como o Pró-Vítima, programa da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, que oferece atendimento psicossocial e jurídico a vítimas de todo o tipo de violência, inclusive a violência doméstica contra a mulher. Outra instituição visitada foi o CFEMEA, organização feminista de caráter não governamental, sediada em Brasília, que atua junto ao Congresso Nacional, advogando pelo cumprimento dos direitos, definição de orçamento e criação de políticas públicas que beneficiem e protejam as mulheres. Por fim, consultou-se por meio de pesquisa eletrônica documental junto aos órgãos competentes, tais como a Regional de Saúde do Paranoá, Vara de Família e Secretaria de Segurança Pública, a existência de Delegacia Especializada (DEAM), Promotoria legal Popular, Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Conselho dos Direitos da Mulher, informações relativas a programas que acolhem e oferecem apoio e segurança a mulheres vítimas de violência doméstica.

Aplicativo Alceste

O processamento e análise dos dados consistiu na utilização do aplicativo *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* - AICESTE no corpus de entrevistas coletadas, com vistas a identificar

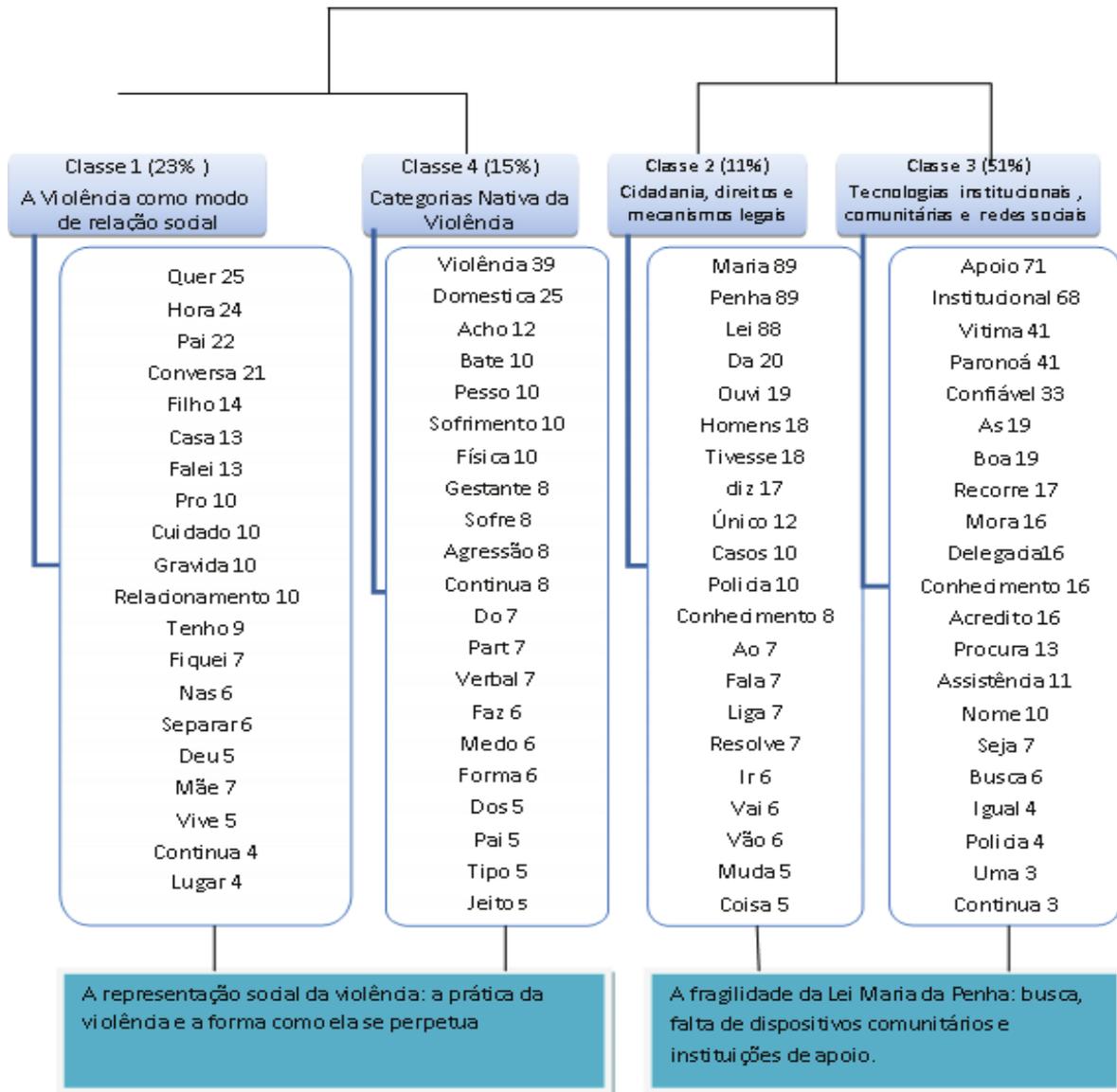
as representações sociais contidas nesses discursos. As entrevistas foram transcritas e incorporadas dentro desse programa que tem a função de classificar os textos de acordo com a estrutura das narrativas, classificando as palavras que mais prevalecem nas falas, aglutinando frases que podem ser diferentes em termos de seu enunciado, mas próximas em uma relação de significado e definindo uma hierarquização nas narrativas. O software AICESTE organiza as palavras com o intuito de possibilitar uma descrição quantitativa de dados de natureza qualitativa, por meio da formação de aglomerados de palavras que têm por referência um mesmo núcleo de sentido.

O Projeto de Pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília pelo Departamento de Saúde Coletiva. O estudo zelou pelo cumprimento dos aspectos éticos que regem a pesquisa envolvendo seres humanos, em conformidade com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *software* ALCESTE classificou as falas em quatro classes onde as classes 1 e 4 estão relacionadas, assim como as classes 2 e 3 também estabelecem ligação em si. As classes 1 e 4 remetem conteúdo da representação social das mulheres da violência: a prática da violência e a forma como ela se perpetua. Já as categorias classificadas como 2 e 3 dizem respeito à fragilidade da lei Maria da Penha, envolvendo a percepção das mulheres quanto à sua efetividade e a falta de credibilidade na sua aplicação. Essas classes apontam também a falta de dispositivos comunitários e instituições de apoio que contribuam com o acolhimento,

Figura 1- Dendograma das representações sociais da violência doméstica



apoio e a interação social neste contexto.

Classe 01 - A violência como modo de relação social

Esta classe permitiu identificar aspectos que permitem os mecanismos de perpetuação e reprodução da violência e ilustra algumas de suas práticas. A violência, enquanto fenômeno social complexo que suscita representações, deve ser compreendida à

luz dos comportamentos e práticas sociais que produzem e reproduzem este fenômeno no marco dos sistemas simbólicos que lhes conferem significado. Os grupos sociais elaboram, a partir de suas próprias formas de inserção no mundo, sistemas de representações que cumprem um papel orientador de práticas e, ao mesmo tempo, lhes confere sentido possibilitando a compreensão da realidade¹.

Um dos níveis importantes de produção da

violência é dado nos espaços familiares, onde seus membros assumem diferentes funções e relações, afetadas muitas vezes por relações assimétricas e autoritárias.

“Eu apanhei ontem e não falei com ninguém, escondi de todo mundo”.

“(...) devido deu uma coisa assim não contei, escondia da minha família até que isso vinha acontecendo, assim eu escondia da minha família, não falava. Acho que era mais por vergonha ou medo”.

“A pessoa que sofre violência não denuncia por medo de quem agride ela, de bater nela (...)”.

As concepções que emergiram das narrativas mostram que as mulheres do Paranoá identificam a violência como algo vergonhoso e difícil de ser compartilhado com familiares, amigos e vizinhos. A vergonha, somada ao medo do estigma e o preconceito, impede que as mulheres busquem apoio profissional na área da saúde ou nos agentes da ordem pública como a polícia.

Denunciar às autoridades resulta em novas dificuldades devido ao constrangimento psicológico, já que muitas relatam o modo com que setores policiais lidam com este tipo de caso, transferindo-as de seu lugar de vítima para o de responsáveis pela agressão sofrida. Ao fazer a denúncia, a mulher também acaba por expor a condição de humilhação à qual está submetida dentro da família¹⁰. De acordo com Minayo¹¹, um dos grandes problemas em relação à violência doméstica é que as vítimas quase sempre silenciam, têm medo e são amedrontadas.

“O meu filho mais velho começou a beber e eu falei para ele que aqui dentro da minha casa não tinha lugar mais para os vícios. Lutei muito com o pai dele, conversei com ele que não aceitava mais vícios aqui”.

“(...) o meu menino anda um pouco meio traumatizado, qualquer brincadeira que parece ser briga ele já começa a chorar, porque ele acha que tá brigando, mas ele ainda tem essa certa, ficou traumatizado por um bom tempo. (...) ele começou a ter mais dificuldade pra conversar”.

Na opinião das mulheres a violência é reproduzida dentro de casa, passando de pai para filho, como um processo naturalizado das relações intrafamiliares. Relatam que conviviam com pais alcoólatras que gritavam muito com as mães e seus filhos. Segundo os relatos, os filhos assistem às diversas formas de agressão e, devido a isso, apresentam problemas psicológicos e cognitivos, como atraso ou regressão no desenvolvimento. Segundo Kitzmann¹², crianças expostas à violência doméstica, mesmo que não sofram a agressão diretamente, estão sujeitas a apresentar alterações psicossociais, semelhantes aos observados em crianças que são vítimas de abuso físico.

As mulheres estão mais sujeitas à violência repetida e continuada que muitas vezes se perpetua cronicamente por muitos anos ou até ao longo da vida¹³. Para Minayo¹¹, a violência maior é a violência estrutural reproduzida nos níveis sócio-econômicos, políticos e nos padrões culturais de dominação, cuja raiz está na própria violência social que se reproduz principalmente nos grandes centros urbanos, onde as diferenças são mais marcantes.

As mulheres entrevistadas contam que quando presenciavam a violência praticada pelos pais diziam “eu nunca vou fazer isso, nunca vou gritar com meus filhos”, mas quando se dão conta, se reconhecem repetindo atos similares introjetados nos processos de interação travados ao redor do grupo doméstico.

“O meu pai sempre falou alto comigo...”

Eu nunca vou gritar com o meu filho, eu nunca vou ser nervosa... Ó, meu Deus, como é que tô fazendo, o meu pai fez isso comigo e eu estou fazendo igualzinho”.

Algumas das mulheres entrevistadas informaram trabalhar fora assim como os maridos. Na falta de acesso a serviços públicos como creches ou escolas integrais a saída é ter que deixar os filhos sozinhos, muitas vezes a cargo de algumas responsabilidades doméstica, como preparar comida, ir para a escola ou cuidar de irmãos menores.

Os exemplos de dentro de casa são citados como um fator multiplicador da violência na região. O caso do filho que vê o pai beber e bater na mãe faz com que ele cresça acreditando que a violência é o melhor método resolutivo dos problemas familiares, naturalizando os eventos de violência. Quando os pais utilizam a violência para solucionar conflitos, ensinam aos filhos que esse é o método adequado para resolver as divergências entre homens e mulheres¹⁴.

O relato de muitas mulheres, católicas ou evangélicas, aponta a igreja como refúgio, fonte de conforto e resolução do problema. Algumas revelam como a violência já foi resolvida em sua casa ou na casa de um conhecido por meio

da intervenção divina. O maior apoio que essas mulheres têm é dentro da igreja. Seus discursos estão alinhados com imagens que refletem a força espiritual emanada de comunidades religiosas que as acolheram nas circunstâncias dos eventos e consideram que suas conversões na fé foram passos decisivos na mudança de atitude e comportamento dos companheiros. Acreditam que a fé em Deus é capaz de mudar o comportamento dos homens. Elas acreditam que, embora eles não frequentem a Igreja, basta que elas o façam para se sentirem protegidas.

“Minha ajuda no momento está sendo a igreja mesmo”.

“Já tinha agressões quando a gente namorava (...) Eu continuei com ele porque eu gostava dele (...)”.

“(...) a única coisa que ela fala é porque eu amo ele, tenho certeza que ele vai mudar.”

Uma das justificativas para as mulheres desistirem da denúncia é o desejo de manter a família e as relações com o companheiro que a agrediu¹⁰. Esse sentimento que a vítima tem pelo agressor, que é seu companheiro e também o pai de seus filhos, torna ainda mais difícil a visibilidade deste tipo de violência. As mulheres se submetem a essa situação de violência e sofrem caladas por acreditarem que um dia isso vai ter fim. Este tipo de reflexão permite reconhecer o que autores como Grossi¹⁵ reconhecem na construção dos fenômenos da violência onde o caráter objetivo e subjetivo da dimensão social está presente na configuração destes eventos e na representação que se faz deles.

Classe 04 - Categorias nativas sobre

violência

Nesta seção foram encontradas representações sociais sobre o que elas compreendem por violência e sua conceituação. Observou-se durante as entrevistas a dificuldade de narrar em primeira pessoa, recorrendo ao dispositivo da transferência para “um outro alguém mais distante”, por exemplo um vizinho.

“Violência pra mim é violência de bater, violência de xingar, violência de muita coisa”.

“Violência não sofri.(...) porém conheço alguém que sofreu violência”.

Portanto, o conceito de fazer dano e de maltrato que caracteriza o conceito de violência está muito bem estruturado nas concepções nativas sobre a violência. Em seus relatos, as mulheres entrevistadas reconhecem diversas formas de violência, mas ela é projetada no outro, dando como exemplo eventos que acontecem na casa do vizinho, de algum conhecido, que ouviram falar ou que alguém contou. Em um processo de negação, repetem veementemente que dentro de suas casas não ocorrem e a grande maioria dos relatos que foi possível acessar se referia a experiências vividas por outras mulheres. Por outro lado, pode-se perceber que essas mulheres têm desenvolvido um conceito mais amplo do que é a violência, não resumida à agressão física por parte do companheiro, mas também reconhecem a questão da agressão psicológica, emocional e simbólica. Entretanto, ao verbalizar a experiência da violência sofrida privilegiam a agressão física. Pode-se dizer que naturalizam outras formas tais como xingamento, agressões verbais, insultos o que

as impede de ver a violência íntima como uma forma de dominação de gênero, exclusão, violação de direitos civis.

Encontra-se nestes eventos o papel de valores sociais e culturais que ordenam o mundo social, fazendo com que homes e mulheres assumam determinadas práticas sociais em sintonia com as normas culturais vigentes.

Conforme tem sido observado em outros estudos, as representações sociais sobre a violência doméstica não se constroem dissociadas das concepções de família, do papel da mulher, da maternidade e de seus vínculos afetivos com os filhos¹⁶ e por isso sua abordagem resulta tão complexa ao colocar em xeque a base das relações familiares e o alto valor simbólico que se outorga ao vínculo familiar na sociedade.

Do ponto de vista da gestão, é importante trazer para dentro da comunidade mecanismos que permitam a essas mulheres identificar as diversas manifestações da violência para ter acesso a programas de prevenção e de desenvolvimento comunitário, com perspectivas de um território saudável, nas várias dimensões do bem-estar e da qualidade de vida. Esse conhecimento, unido à sua própria experiência de vítimas de violência, pode torná-las mais emancipadas e investidas de sua condição de direito, a ponto de poderem contribuir com o Estado na formulação de políticas voltadas para as mulheres vítimas de violência doméstica, a fim de buscar soluções para este problema.

Por outro lado, como também verificado em outros estudos¹⁷ a violência está associada aos

determinantes sociais da saúde que se traduzem em aspectos tais como precárias condições sócio-econômicas e conflitos nas relações familiares, somados a fatores psicológicos com a presença de sentimentos de tristeza, depressão, angústia. Portanto é necessário investir em transformações que modifiquem as condições de produção e reprodução dos fenômenos da violência em âmbito local, incluindo escolas, dispositivos comunitários, instituições e outros mecanismos sociais que possam estar ao alcance das mulheres e grupos sociais mais vulneráveis.

A OMS² recomenda prestar atenção ao tipo de programa de prevenção da violência a ser instituído. Evidências científicas disponíveis mostram a importância de incluir no planejamento e implementação desses programas aspectos como interesses e demandas comunitárias, acessibilidade cultural, vantagens que as pessoas terão com essas iniciativas e possibilidade de garantir a sustentabilidade. Por outro lado, já se conta com evidências que informam que as mulheres em situação de violência utilizam mais os serviços de saúde sem, contudo, encontrar neles a resolubilidade esperada, muitas vezes passando despercebida para os profissionais de saúde a existência de eventos de violência vividos pelas usuárias.¹⁸

Classe 02 – Cidadania, direitos e mecanismos legais

Nesta classe se expressaram as representações sociais sobre os dispositivos com que se conta para o enfrentamento da violência doméstica, principalmente cristalizadas em ideias de

fragilidade e falta de confiança na lei, falta de credibilidade e impunidade. Uma das principais questões que emergem nesta dimensão é ao limitado conhecimento em uma perspectiva do direito, da condição cidadã.

“Eu conheço a lei mais ou menos, eu já ouvi falar, eu conheço pelos outros”.

Algumas das mulheres entrevistadas mostraram conhecer a lei Maria da Penha como um instrumento legal desenvolvido em favor da proteção das mulheres vítimas de violência, porém não sabem dizer, com clareza, como funciona essa assistência. Mais do que conhecê-la, admitem ter ouvido falar, principalmente por meio da televisão, o que mostra a importância da veiculação. Muitas dessas mulheres não se mostram confiantes na lei, talvez por não a conhecerem como deveriam ou por saberem de várias mortes de mulheres, vítimas de seus companheiros, levando-as a deduzir que a lei não funciona.

Em termos gerais e na perspectiva das políticas públicas, a promulgação da lei Maria da Penha é considerada um dos avanços mais importantes nos últimos anos e um instrumento concreto de apoio para as mulheres em situação de violência doméstica. Porém é necessário refletir sobre a complexidade que implica sua implementação na íntegra de seus propósitos, principalmente no que diz respeito à articulação com a rede de serviços que devem estar preparados para o atendimento integral e com equidade de todos os membros da família, inclusive do agressor, de modo a brindar apoio e acolhimento na situação de risco enfrentada pelas mulheres e seus filhos¹⁹.

“A minha amiga denunciou o marido

dela que é militar da Marinha e ao invés de enquadrar ele na Lei Maria da Penha o delegado não enquadrrou por ser um militar, a única coisa que fizeram foi ligar para o quartel e ele passou uma noite preso e no outro dia voltou para a casa”.

“É por isso que elas suportam. Vão lá com aquela confiança e quando chega, percebe que está só”.

Elas relatam que a lei Maria da Penha é muito boa, mas não propiciou sua segurança no momento em que esse recurso foi acionado. As entrevistadas afirmam que não é possível confiar porque a denúncia é feita e nada acontece. Os agressores ficam soltos e ameaçando suas companheiras, sem que qualquer providência seja tomada. Então alegam não saber se é melhor aguentar calada ou denunciar, por temerem a reação deles.

“Acho que a polícia deveria fazer algo mais que só registrar a queixa e pronto. Igual àquela moça do Uniceub que foi morta pelo advogado, ela já tinha denunciado e não aconteceu nada”.

“(...) a gente liga hoje pro policial, os policiais vêm e só fala: Ah, apanhou? Tá bom, então... e vai embora”.

Por outro lado, a própria lei se mostra ineficiente na assistência às mulheres mais vulneráveis por não ter uma abrangência adequada. A falta de credibilidade na aplicação e cumprimento da lei, a falta de punição ao agressor e o medo de piorar sua situação faz com que muitas mulheres se sintam desencorajadas a realizar a denúncia, além das precárias possibilidades de uma efetiva

proteção às vítimas e seus filhos. A polícia também não possui um atendimento adequado para as mulheres que são enquadradas na lei Maria da Penha. No Paranoá/Itapoã, apesar dos altos índices de violência doméstica, não existe uma Delegacia de Atenção à Mulher (DEAM). Como observam Camargo e Aquino apud Grossi¹⁹, as políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência doméstica vão de encontro às reiteradas situações de descaso com as mulheres, uma vez que as providências policiais e jurídicas são burladas pelos agressores e, muitas vezes as denunciadas sofrem violência maior como punição ao exercício do direito à proteção de sua vida.

Classe 03 – Tecnologias institucionais e comunitárias disponíveis e o papel das redes sociais.

Nesta dimensão, as representações sociais exploram o papel das instituições de apoio, a responsabilidade individual e os tipos de interações sociais envolvidas, além do acolhimento entre condição de pares e a cooperação solidária entre as vítimas.

As mulheres relatam que a primeira manifestação de pedido de ajuda é recorrer a outra mulher da rede de seus relacionamentos e seus afetos. Procurar apoio de umas com outras vem antes do que a busca por ajuda especializada. As redes sociais permitem o exercício da solidariedade em situações diversas, principalmente em casos específicos de violência doméstica¹⁹.

“Elas desabafam com amigos, com outras pessoas, mas não vão a um centro de apoio”.

A grande maioria das entrevistadas diz

não conhecer nenhuma instituição de apoio e aconselhamento em ocorrências de violência, motivo pelo qual o apoio entre pares é a saída mais acessível para as mulheres em situação de violência.

A necessidade de cuidado e a desinformação quanto à existência de instituições de apoio, assim como o difícil acesso a esses recursos, leva as mulheres a buscar mecanismos alternativos. A partir das interações sociais, a condição entre pares se torna o recurso mais acessível e eficiente nas condições de vulnerabilidade em que vivem. Assim, unem-se a amigas ou a pessoas próximas que sofrem a mesma situação, com o intuito de se sentirem acolhidas e compreendidas, já que são vítimas do mesmo problema e conhecem exatamente a situação alheia, estreitando assim suas relações sociais. Isto denota a limitada cobertura dos programas existentes e a fragilidade institucional das respostas, além do medo das mulheres em situação de violência de tornar pública esta condição.

Embora pouco divulgado, o Paranoá possui algumas instituições que prestam assistência e apoio às vítimas de violência, tais como o Conselho Tutelar, o Pró-Vítima, o Programa Girassol no PAV (Programa de Prevenção e Atendimento às Pessoas em Situação de Violência) do Hospital Regional e o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Essas instituições ou recursos do estado e outros de natureza comunitária disponíveis nesse território teriam grande potencial para acolher e amenizar os eventos de violência, porém são deficientes e limitados no que diz respeito à estrutura, organização programática, cobertura

e penetração na região. Em todo o Distrito Federal, as mulheres contam com apenas uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, à qual compete a prevenção, repressão e investigação dos crimes praticados contra a mulher em todo o Distrito Federal. Tem ainda, a missão de orientar as mulheres na prevenção da violência doméstica e nas providências a serem tomadas quando forem vítimas.

No Paranoá, existe um Posto Policial de Atendimento à Mulher que atende na 6ª Delegacia de Polícia, o que ainda é limitado em sua cobertura para atender às vítimas que, devido à pouca divulgação, praticamente não têm conhecimento de sua existência.

Segundo Minayo¹¹, constata-se que as condições de atendimento oferecidas pelas instituições governamentais e não governamentais são esparsas e precárias no que se refere à justiça, saúde, educação e condições dignas de vida. Soma-se a isso a falta de uma divulgação eficiente para que essas tecnologias sociais se tornem efetivamente acessíveis à população. A carência de informação e visibilidade dos programas, com relação a seus mecanismos de atuação e localização, impede que as mulheres possam recorrer a essas instituições em busca de apoio programático, sistemático e seguro em casos de risco, ou de apoio após eventos de violência.

“Eu fui agredida, não procurei atendimento, não conheço nenhuma instituição que dê apoio, procurei ajuda da polícia mesmo”.

“Eu não conheço nenhuma instituição que dê apoio às vítimas de violência. Tem dez anos que eu moro aqui no Paranoá e eu

não conheço, também tem a questão de que a gente não é informada disso, não tem uma boa informação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo permitiu acessar, por meio dos universos semânticos expressados pelas mulheres entrevistadas, a concepção ampliada sobre o fenômeno da violência doméstica que vigora no pequeno grupo estudado e oferece pistas no entendimento de que, para além da realidade empírica concreta, as representações sociais são um instrumento heurístico importante para construir e analisar cientificamente os dados sobre a realidade.

Observa-se que, para nossas interlocutoras, o significado de violência ultrapassa a definição de agressão física já que as mesmas reconhecem também a violência verbal, psicológica, emocional e os atributos simbólicos que estão constituídos ao redor dela.

Na perspectiva dessas mulheres a possibilidade de contar com mecanismos eficientes para lidar com a violência fora do grupo doméstico ainda é muito limitada. A falta de estruturas institucionais de apoio, não apenas de ordem emergencial, mas preventiva, que sejam eficientes e confiáveis para elas, faz com que o fenômeno da violência íntima continue a ser ocultado e surja nas falas como um fenômeno facilmente transferível a seus pares, isto é, a outras mulheres da sua rede de relacionamentos. As mulheres entrevistadas não possuem informação adequada com relação à existência de instituições de apoio às vítimas de violência doméstica.

Outra questão revelada nas falas das

entrevistadas é a lei Maria da Penha e a forma como ela é aplicada. A lei Maria da Penha constitui um avanço ainda tímido no enfrentamento à violência contra a mulher e os mecanismos de apoio a essas vítimas necessitam de uma comunicação mais efetiva para oferecer conforto e segurança a um maior número de mulheres. Durante as entrevistas, as mulheres demonstram ter noções sobre essa lei, porém revelam desconfiança na forma como ela é aplicada, fazendo com que se sintam inseguras ao denunciar, já que não percebem resultados expressivos na sua aplicação.

E, finalmente, na perspectiva do processo de gestão em saúde, o atendimento integral aos fenômenos de violência doméstica continua a ser um desafio, não apenas em termos de novas tecnologias e mecanismos de prevenção e cuidado a serem ofertados, mas na formação de habilidades e competências nos profissionais de saúde para lidar com a complexidade do fenômeno da violência em um dado território. Reconhecer que está sendo vítima de violência e não ter mecanismos eficientes para enfrentá-la constitui outra forma de violência a que as mulheres são expostas. Portanto, cabe aos gestores em saúde investir na implementação de estratégias de prevenção e assistência à violência íntima e estimular a cultura da paz, um dos eixos que estruturam a Política Nacional de Promoção da Saúde.

REFERÊNCIAS

1. Guimarães SP, Campos PHF. Norma social violenta: um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit.* 2007; 20 (2): 188-196.
2. Organización Mundial de Salud.

Prevención de la violencia sexual y violencia infligida por la pareja contra las mujeres. Qué hacer y cómo obtener evidencias. Ginebra, 2010.

3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Informática do SUS. A violência contra a mulher é também uma questão de saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde; 1998. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm. Acesso em 06-07-2011.

4. Berman R. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: Jaggar AM & Bordo, SR (Org), Gênero, corpo e conhecimento. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 251-2.

5. Wilshire D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na reimaginação do conhecimento. In: Jaggar AM & Bordo, SR (Org), Gênero, corpo e conhecimento. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997, p. 102-3.

6. Rechtman M, Phebo I. Pequena história da subordinação da mulher: as raízes da violência de gênero. Rio de Janeiro. 2001. Disponível em: [http://cvu.rediris.es/pub/bscw.cgi/d425602/Viol%C3%Aancia%20contra%20a%20Mulher%20\(Brasil\).pdf](http://cvu.rediris.es/pub/bscw.cgi/d425602/Viol%C3%Aancia%20contra%20a%20Mulher%20(Brasil).pdf). Acesso em 29-05-2011.

7. Bourdieu PA. Distinção, Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre/São Paulo, Zouk/Edusp, 2007.

8. Jodelet D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações

sociais. *Soc. estado*. Brasília, set./dez.2009; 24 (3) 679-712.

9. Peirano M. A Favor da Etnografia. Série Antropologia 130. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Brasília, 1992.

10. Jong IC, Sadala MIA, Tanaka ACA. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Rev Esc Enferm USP* 2008; 42(4): 744-751.

11. Minayo MCS, Assis SG. Saúde e violência na infância e na adolescência. *Jornal de Pediatria* 1994; 70(5): 263-5. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/94-70-05-263/port.pdf>. Acesso em: 26/11/2011.

12. Kitzmann KM. Violência doméstica e seu impacto sobre o desenvolvimento social e emocional de crianças pequenas. In: Tremblay RE, Boivin M, Peters RDeV, eds. *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância [on-line]*; 2011; Montreal, Quebec. Centre of Excellence for Early Childhood Development, Montreal, Quebec, 2011; p. 1-6. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/documents/KitzmannPRTxp1.pdf>. Acesso em 05-12-2011.

13. Schraiber IB, D'Oliveira AFIP. Violência contra mulheres: Interfaces com a Saúde, Interface- Comunicação, Saúde, Educação, 1999; 3(5): 11-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/03.pdf>. Acesso em 07-12-2011.

14. Maldonado DPA, Williams ICA. O comportamento agressivo de crianças do

sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo* 2005; 10 (3): 353-362.

15. Porto MSG. Crenças, valores e representações sociais da violência. *Sociologias*, 2006; 8(16): 250-273.

16. Diniz NMF, Santos MFS, lopes RIM. Representações sociais da família e violência. *Rev latino- am Enfermagem* 2007; 15(6): 1184-9.

17. Monteiro MCN, Cabral MAA, Jodelet D. As representações sociais da violência doméstica: uma abordagem preventiva. *Ciênc. saúde coletiva* 1999; 4(1): 161-170.

18. leal SMC, lopes MJM, Gaspar MFM. Social representations of violence against women in the nursing perspective. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, 2011; 15 (37):409-24.

19. Grossi PK, Tavares FA, Oliveira SB. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea Digital* 2008; 14, 267-280. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/view/120298/164311> Acesso em 28-11-2011.

Artigo apresentado em 01/06/2012

Artigo aprovado em 30/06/2012

Artigo publicado no sistema em 17/06/2012